

Informe FUP

10.08.2010

Somente a mobilização fará Petrobrás proteger trabalhadores contra calotes das terceirizadas

Está mais do que claro que somente com mobilização é que os petroleiros farão a Petrobrás criar um mecanismo de proteção das verbas rescisórias dos trabalhadores terceirizados, evitando os constantes calotes das empresas contratadas. Esta é uma pendência do acordo passado, que tem reflexos diretos na atual campanha salarial. Portanto, é fundamental intensificar as mobilizações. Nesta segunda e terça-feira, os petroleiros realizaram atrasos e concentrações na entrada do expediente, que prosseguirão até sexta-feira, 13, quando a categoria fará uma paralisação de advertência de duas horas em todas as unidades do Sistema Petrobrás.

Em reunião segunda-feira (09) com a FUP, ficou evidente a falta de empenho e vontade política dos gestores da empresa em garantir a cobertura das verbas rescisórias dos trabalhadores terceirizados. A Petrobrás continua alegando mil e uma dificuldades e impeditivos jurídicos para colocar em prática o que prometeu à categoria. Mas, quando se trata dos interesses corporativos da empresa, os gestores são mais do que ágeis em encontrar justificativas jurídicas para solucionar “problemas”, como fazem quando descumprem normas de SMS e legislações, ou quando pagam abonos para quem já recebe remunerações extraordinárias, como é o caso das funções gratificadas.

Falta, portanto, interesse e vontade política da Petrobrás em colocar em prática um mecanismo que garanta a cobertura das verbas rescisórias dos trabalhadores terceirizados. Tanto é verdade, que a FUP apresentou na reunião um modelo de gestão que a própria empresa já pratica na Bacia de Campos e que poderia ser estendida para todo o país. Uma das cláusulas dos contratos de prestação de serviço da Petrobrás na Bacia de Campos protege os trabalhadores contra possíveis calotes, garantindo o pagamento das verbas rescisórias ao final dos contratos. O mecanismo funciona através da retenção de parte dos valores que a Petrobrás paga mensalmente às empresas contratadas e que é liberado ao final dos contratos, mediante a comprovação de que a empresa prestadora de serviço cumpriu e quitou suas obrigações trabalhistas.

Os petroleiros continuarão mobilizados, cobrando o que foi acordado com a categoria e exigindo condições decentes e seguras de trabalho para os milhares de trabalhadores terceirizados. Esta é uma luta que é de toda a categoria e que continuará ao longo da campanha salarial, até que a Petrobrás resolva definitivamente esta pendência.

Petrobrás agenda reunião para esta quarta-feira

A Gerência de Recursos Humanos da Petrobrás agendou para esta quarta-feira, 11, pela manhã, uma nova reunião com a FUP para tratar da campanha salarial. A empresa ainda não se posicionou sobre as reivindicações econômicas, tampouco resolveu as pendências do acordo passado, como a proteção das verbas rescisórias dos trabalhadores terceirizados e atualização e melhorias na tabela de reembolso do Programa Jovem Universitário.

Pressão internacional da FUP arranca reunião com a Shell para discutir agenda dos trabalhadores

Desde 2003, quando a Shell passou a atuar como operadora de petróleo no Brasil, a FUP vem buscando interlocução com a empresa para discutir relações e condições de trabalho e segurança. A multinacional, no entanto, sempre se recusou a negociar e nunca reconheceu a Federação e seus sindicatos como representantes dos trabalhadores que mantém nas áreas de exploração e produção. As práticas antissindicais da Shell já foram relatadas pela FUP ao Ministério Público do Trabalho e discutidas, inclusive, em audiências com o órgão, sem, no entanto, resultar em mudanças de postura

por parte da empresa. Somente após a FUP denunciar o caso às organizações sindicais européias, durante intercâmbio realizado este ano na Noruega e na Holanda para conhecer a indústria local de petróleo, é que a multinacional, finalmente, aceitou ouvir a Federação.

A reunião ocorreu nesta segunda-feira, 09, na sede da FUP, no Rio de Janeiro, com a gerência de Relações Sindicais da Shell no Brasil e participação do Sindipetro Norte Fluminense. Os dirigentes sindicais cobraram informações sobre as atuações da petrolífera no país, efetivos de trabalhadores, condições de segurança, contratos de trabalho, entre outros questionamentos. A multinacional informou que tem hoje em torno de 1.900 trabalhadores no Brasil, dos quais cerca de 160 na área de exploração e produção de petróleo, sendo que destes, apenas quatro trabalham embarcado e uns 20 embarcam esporadicamente, a maioria deles técnicos de segurança e engenheiros líderes. Através das empresas SBM e Moddec, a Shell terceiriza a operação de suas plataformas no Espírito Santo e na Bacia de Campos, onde está a maior parte dos blocos arrematados nos leilões de petróleo.

Segurança

Segundo a Shell, apesar de toda a operação ser terceirizada, os prestadores de serviço “seguem à risca os rígidos padrões e normas de SMS” da Companhia. A FUP propôs a realização de um seminário conjunto com a empresa para debater de forma ampla as condições de segurança e trabalho nas plataformas operadas pela multinacional, destacando a intenção da Federação de realizar uma campanha nacional sobre saúde, segurança e meio ambiente na indústria de petróleo. O Sindipetro-NF comentou que são freqüentes os descumprimento e violações de normas de segurança pelas petrolíferas e empresas prestadoras de serviços que atuam na Bacia de Campos e ressaltou que é fundamental um debate mais amplo com a Shell sobre sua política de SMS. A petrolífera se comprometeu a avaliar a proposta de realização do seminário e responderá a FUP em breve. Se a terceirização na Petrobrás tem conseqüências nefastas (acidente, mortes, calotes, etc) imagina o que ocorre em uma empresa multinacional, sem qualquer tipo de controle e fiscalização do governo? É mais do que urgente discutir de forma propositiva as relações de trabalho e segurança na indústria de petróleo.

Privatização

A Shell foi a primeira empresa privada a produzir petróleo no Brasil, após a inconstitucional quebra do monopólio do Estado, que era exercido até 1995 pela Petrobrás, antes do governo tucano de Fernando Henrique Cardoso desregulamentar o setor e posteriormente quase ter privatizado a estatal. Através dos leilões de petróleo, a Shell adquiriu a concessão de áreas valiosas e estratégicas na Bacia de Campos e no litoral do Espírito Santo, onde detém 15 blocos de exploração. O patrimônio público que os tucanos entregaram à multinacional lhe rende mais de 100 mil barris de petróleo por dia. A Shell já é a segunda maior produtora de petróleo do Brasil, responsável por mais de 5% da produção nacional. Como a lei do petróleo criada por FHC transfere para o concessionário a propriedade de todo o petróleo e gás que for produzido, a Shell pode fazer o que bem entende com os recursos que extrai diariamente do solo brasileiro. Sem dar qualquer satisfação para o governo e tampouco para a sociedade e os trabalhadores. É este sistema entreguista de exploração e produção de petróleo, que foi banido ou impedido de vigorar em mais de 90% dos países produtores do planeta, que os tucanos e demos fazem de tudo para manter no pré-sal.

Direção Colegiada da FUP